

Moinhos abrirá vestibular para Medicina em janeiro

Curso será em prédio de shopping e no hospital; Cremers faz críticas

/ENSINO

Marco Charão

marcoc@jcrs.com.br

Ainda na primeira quinzena de janeiro, está prevista a abertura para a inscrição do vestibular do curso de Medicina do Hospital Moinhos de Vento (HMV). Com a disponibilidade de 100 vagas anuais, as aulas serão realizadas na Faculdade de Ciências da Saúde Moinhos de Vento, em um prédio na área do Shopping Total. O início das aulas está previsto para a segunda quinzena de março.

No final do mês de dezembro de 2025, o Ministério da Educação (MEC) assinou a autorização para a abertura do curso no HMV. De acordo com a avaliação realizada em julho do mesmo ano, o curso de Medicina do Moinhos recebeu a nota mais alta (cinco) pelo MEC. Na visita, foram analisados pontos como a proposta pedagógica, a infraestrutura e os cenários de prática apresentados pela instituição.

Para Luis Antônio Nasi, superintendente médico do HMV, o diferencial está na formação ser dentro de um hospital de alta complexidade, e transmitir um ensino de decisões responsáveis, baseadas em evidências e cenários reais. "O curso nasce integrando à parte clínica, à segurança do paciente e ao trabalho em equipe".

A formação contará com 8.440 horas de carga horária -



Hospital Moinhos de Vento recebeu nota cinco do MEC para o curso

o mínimo exigido pelo MEC é 7.200. Na estrutura do curso, o superintendente esclarece que é um currículo baseado em módulos, onde o aluno terá desde a primeira semana o contato com a prática diária de um médico. Nos módulos serão trabalhados casos clínicos e discussões das áreas de atuação.

Nasi diz que a maioria das faculdades trabalha disciplinas básicas que ocupam um tempo excessivo da graduação. "Os próprios alunos reclamam que os dois primeiros anos de faculdade são distantes da prática clínica. Este novo formato aproxima o aluno das discussões, dando mais sentido na integração do conhecimento para projetar para a parte clínica". Ele ainda diz que isso fará parte dos quatro primeiros anos do curso, e os dois últimos serão de internato, com prá-

tica e atuação.

Em nota divulgada após a autorização da abertura do curso, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers) repudiou a abertura do curso, pela justificativa de já ter um ecossistema saturado. Em trecho, destacam que o Estado já possui médicos e cursos suficientes, reforçando que Porto Alegre é a segunda capital brasileira com a maior concentração de médicos.

Em resposta, Nasi diz que a autorização para a faculdade funcionar parte do MEC, e destaca que possuem todos os pré-requisitos estabelecidos. "O curso da Faculdade Moinhos vem para preencher um nicho de formação de médicos qualificados. Um dos desejos do MEC é fazer a aproximação do especialista na saúde pública. É para isso que vamos trabalhar".

Venezuelanos terão prioridade em nova casa de passagem na Capital

/ ASSISTÊNCIA SOCIAL

Um edital foi publicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para selecionar uma entidade que será responsável pela implementação de uma casa de passagem voltada ao acolhimento de famílias imigrantes e refugiadas, com prioridade para o atendimento de venezuelanos. O serviço prevê a oferta de acolhimento temporário e emergencial em espaço adequado, com capacidade para até 20 famílias, totalizando cerca de 50 pessoas. O funcionamento será de 24 horas por dia. A estrutura pretende garantir atendimento contínuo às famílias acolhidas. A nova casa deve entrar em operação até o fim do primeiro semestre de 2026.

As organizações interessadas em participar do chamamento devem atender aos critérios estabelecidos no edital, que define prazos, fontes de recursos e parâmetros técnicos para a execução do serviço. As inscrições devem ser feitas até o dia 5 de fevereiro.

O documento completo está disponível no Diário Oficial de Porto Alegre. "A prefeitura de Porto Alegre abrirá um espaço essencial de proteção para famílias imigrantes e refugiadas, especialmente venezuelanas, que chegam em busca de segurança e novas oportunidades", destaca o secretário municipal de Assistência Social, Matheus Xavier.

A iniciativa integra o conjunto de ações da prefeitura de Porto Alegre voltadas à ampliação da rede municipal de casas de passagem para diferentes públicos, com o objetivo de fortalecer a política de assistência social e qualificar o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social na Capital.

Uma outra ação da prefeitura de Porto Alegre foi a inauguração no mês de novembro do ano passado de um espaço, na avenida Jerônimo de Ornelas, 48, no bairro Santana, para o acolhimento emergencial de mulheres e pessoas LGBTQIA+ em situação de rua. O local tem capacidade para 50 pessoas.



Local será voltado ao acolhimento de imigrantes e refugiados

Porto Alegre amplia prazo para a circulação de veículos de tração humana

/ MOBILIDADE

A prefeitura de Porto Alegre prorrogou por mais seis meses a autorização para que veículos de tração humana, tradicionalmente utilizados por carrinheiros, circulem no trânsito da Capital. A medida se deu por meio de decreto assinado pelo prefeito Sebastião Melo e publicado nesta quarta-feira, no Diário Oficial de Porto Alegre (Dopa).

A legislação (Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008)

previa a proibição dos veículos de tração humana nos meios de trânsito urbano a partir de 1º de janeiro de 2026. Com o novo decreto, a tramitação dessa mudança foi adiada, possibilitando que catadores e recicladores continuem utilizando seus equipamentos até o dia 30 de junho deste ano, enquanto se adaptam às alterações legais.

O secretário da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano (SMIDH), Juliano Passini, afirmou

que a prorrogação é resultado de um diálogo contínuo entre a prefeitura e representantes da categoria, e destacou a importância dessa negociação para evitar impactos imediatos na rotina de trabalho dos catadores. "A extensão do prazo permite que alternativas previstas em programas sociais, incluindo capacitação e inclusão produtiva, avancem sem prejudicar a subsistência daqueles que dependem dos veículos de tração humana", avalia Passini.



Prazo inicial se encerraria em 1º de janeiro deste ano